

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO

CONCURSO PÚBLICO

ETAPA Nº 02

JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

JULHO DE 2003

1. Esta prova contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, numeradas de 51 a 100.
2. Confira se o seu caderno está completo.
3. Não perca tempo em questões cujas respostas lhe pareçam difíceis. Volte a elas se lhe sobrar tempo.
4. Esta prova terá o máximo de 04 (quatro) horas de duração, incluído o tempo destinado a transcrever as suas respostas.
5. A correta compreensão das questões é parte integrante da prova.
6. CADA QUESTÃO SÓ ADMITE UMA RESPOSTA.
7. A FOLHA DE RESPOSTAS NÃO PODERÁ SER RASURADA.

Os candidatos aprovados nesta 1.^a prova deverão confirmar pelo DJMG, DOU ou Internet a seguinte informação sobre data e local de realização da 2.^a prova:
dia 07/09/2003, domingo, na FUMEC.

INSTRUÇÕES REFERENTES À PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA (ITEM 4.1.1.) DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ SUBSTITUTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO, DATADO DE 27/03/03.

- 1- A duração da prova é de 04 (quatro) horas, incluído o tempo destinado à transcrição das respostas.
- 2- Usar apenas caneta de tinta azul ou preta.
- 3- O candidato deverá marcar a resposta exclusivamente com um "X".
- 4- O candidato somente poderá se identificar no impresso próprio, conforme indicado na parte inferior da folha de respostas.
- 5- Qualquer identificação, ou sinal que identifique o candidato na parte superior da folha de respostas implicará na inutilização da prova.
- 6- Ao concluir a prova, o candidato deverá entregar apenas a folha de respostas ao fiscal da sala.
- 7- Não é permitida a consulta a quaisquer textos.
- 8- **O porte ou uso de Telefone Celular durante a realização das provas é TERMINANTEMENTE vedado, INCLUSIVE A SUA PERMANÊNCIA SOBRE A MESA DO CANDIDATO, devendo o aparelho ser desligado no início das provas.**

2ª ETAPA DE 50 QUESTÕES

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

51ª) Sobre as indenizações nos contratos de trabalho a termo, de acordo com a lei e a jurisprudência predominante, é certo afirmar que :

- a) não cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência, ainda que as partes tenham estipulado no contrato escrito cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado.
- b) havendo termo estipulado, o empregado não tem obrigação de indenizar o empregador dos prejuízos que lhe resultarem em caso de se desligar do contrato, sem justa causa.
- c) nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de experiência, a totalidade da remuneração a que teria direito até o termo do contrato.
- d) a indenização, prevista no art. 479 da CLT, a que está obrigado o empregador a pagar, no caso de despedida sem justa causa do empregado, antes do término do contrato por prazo determinado, não é devida se o trabalhador é optante pelo FGTS.
- e) no contrato de experiência, a empregada gestante não tem direito a estabilidade provisória ou à indenização do período estabilitário.

52ª) Acerca das férias anuais remuneradas, não se pode afirmar que :

- a) para a remuneração das férias, quando o salário for pago por hora, com jornadas variáveis, apurar-se-á a média do período aquisitivo aplicando-se o valor do salário na data da concessão das férias.
- b) para remuneração das férias, quando o salário for pago por tarefa, tomar-se-á por base a média da produção no período aquisitivo do direito a férias, aplicando-se o valor da remuneração da tarefa na data da concessão das férias.
- c) para remuneração das férias, quando o salário for pago por percentagem, comissão ou viagem, apurar-se-á a média percebida pelo empregado no período aquisitivo do direito a férias.
- d) a parte do salário paga em utilidades será computada de acordo com a anotação na CTPS.
- e) para remuneração das férias, se, no momento destas, o empregado não estiver percebendo o mesmo adicional por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso do período aquisitivo, será computada a média duodecimal recebida naquele período, após a atualização das importâncias pagas, mediante a incidência dos percentuais dos reajustamentos salariais supervenientes.

53ª) O empregador avisou o empregado da sua dispensa sem justa causa no prazo de 30 dias. No mesmo ato, porém, dispensou o empregado de continuar trabalhando na empresa, determinando ao empregado o cumprimento do período de aviso prévio em casa. De acordo com a jurisprudência predominante, o prazo para pagamento das verbas rescisórias é até :

- a) o 10º dia da notificação da demissão.
- b) o 1º dia útil imediato à notificação da demissão.
- c) o 10º dia após o término do período de aviso prévio cumprido em casa.
- d) o 1º dia útil imediato ao término do período de aviso prévio cumprido em casa.
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

54ª) Sobre a aposentadoria, de acordo com a CLT e a jurisprudência predominante, não se pode afirmar que :

- a) o empregado que for aposentado por invalidez, desde logo, terá extinto o seu contrato de trabalho.
- b) se o empregador houver admitido substituto para o aposentado por invalidez, poderá rescindir, com este, o respectivo contrato de trabalho sem indenização, desde que tenha havido ciência inequívoca da interinidade ao ser celebrado o contrato.
- c) o empregado aposentado por invalidez que recuperou a capacidade de trabalho e cuja aposentadoria foi cancelada, caso seja readaptado em nova função, por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social, não servirá de paradigma para fins de pedido de equiparação salarial.
- d) os associados de sindicatos de empregados que forem aposentados não perderão os respectivos direitos sindicais.
- e) a aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, mesmo quando o empregado continua a trabalhar na empresa após a concessão do benefício.

55ª) Sobre o trabalho noturno, não se pode afirmar que :

- a) cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional noturno quanto às horas prorrogadas.
- b) em caso de trabalho noturno das mulheres, os seus salários serão acrescidos duma percentagem adicional de 20% (vinte por cento) no mínimo.
- c) ao menor de dezoito anos é proibido o trabalho noturno.
- d) a transferência para o período diurno de trabalho implica na perda do direito ao adicional noturno.
- e) o adicional noturno não integra a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno porque um adicional não pode incidir sobre outro.

DIREITO CIVIL

56ª) São casos de incapacidade absoluta, EXCETO:

- a) as pessoas que, por enfermidade, não tenham discernimento para a prática dos atos da vida civil;
- b) os menores de 16 anos de idade;
- c) os ausentes;
- d) as pessoas que, por motivo transitório, não puderem exprimir a sua vontade;
- e) as pessoas que, por retardamento mental, não tiverem discernimento para a prática dos atos da vida civil.

57ª) São casos de incapacidade relativa, EXCETO:

- a) os ébrios habituais;
- b) os portadores de doença mental com redução do discernimento;
- c) os pródigos;
- d) os viciados em tóxicos;
- e) os silvícolas.

58ª) Tem-se como emancipado o menor, cessando a sua incapacidade nas seguintes situações, EXCETO:

- a) pela colação de grau em curso de ensino superior;
- b) pela concessão dos pais mediante acordo escrito extrajudicial, se o menor tiver dezesseis anos completos de idade;
- c) pelo casamento;
- d) pela existência de relação de emprego que proporcione ao menor, a partir de dezesseis anos de idade, a economia própria;
- e) pelo exercício de emprego público efetivo.

59ª) Incluem-se entre os defeitos do negócio jurídico, que o tornam anulável, EXCETO:

- a) o erro substancial;
- b) a coação;
- c) a lesão;
- d) a simulação;
- e) o estado de perigo.

60ª) Considerando as afirmativas abaixo (de I a IV), assinale a alternativa correta, conforme sejam verdadeiras ou falsas.

- I- É nulo o negócio jurídico quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
- II- Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue pela prescrição, que ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- III- A pretensão de reparação civil prescreve em três anos.
- IV- Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

- a) A afirmativa I é falsa e as demais são verdadeiras.
- b) A afirmativa II é falsa e as demais são verdadeiras.
- c) As afirmativas III é falsa e as demais são verdadeiras.
- d) Todas as afirmativas são falsas.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

61ª) A respeito dos princípios gerais do direito processual, são verdadeiras as considerações abaixo, EXCETO:

- a) A imparcialidade do juiz é princípio-regra que constitui pressuposto para que a relação processual se instaure validamente.
- b) Pelo princípio do duplo grau de jurisdição, tem-se a garantia de que toda ação deve ser reexaminada em uma instância superior àquela que proferiu o julgamento originário, para que se evite o erro.
- c) O princípio da persuasão racional do juiz regula a apreciação e a avaliação das provas existentes nos autos, indicando que o juiz deve formar livremente sua convicção.
- d) O princípio dispositivo consiste na regra de que o juiz depende, na instrução da causa, da iniciativa das partes quanto às provas e às alegações em que se fundamentará a decisão.
- e) Princípio da ação ou da demanda indica a atribuição à parte da iniciativa de provocar o exercício da função jurisdicional.

62ª) São condições da ação, EXCETO:

- a) fundamentos, pedido e causa de pedir;
- b) matéria de fato, matéria de direito e pedido;
- c) legitimidade de causa, interesse de agir e possibilidade jurídica;
- d) legitimidade de parte, conflito de interesses e possibilidade jurídica do pedido;
- e) conflitos de interesses, titularidade do direito ou da obrigação e pedido juridicamente possível.

63ª) Quanto aos pressupostos processuais, pode-se dizer, EXCETO:

- a) que no processo de conhecimento, a sentença de mérito só poderá ser dada se estiverem presentes;
- b) que numa visão sintética consistem numa demanda regularmente formulada, por quem tem a capacidade de estar em juízo, perante juiz imparcial e competente e regularmente investido;
- c) que podem ser classificados em objetivos e subjetivos, sendo os primeiros ligados ao procedimento e ao processo válido, e os subjetivos ligados às partes e ao juiz;
- d) que não são essenciais, podendo ser supridos a qualquer momento e a ausência de quaisquer deles não impede o julgamento de mérito;
- e) são basicamente requisitos que conferem regularidade e validade à relação processual perante o direito.

64ª) São deveres das partes e de quem mais participe do processo, todos a seguir, EXCETO:

- a) proceder com lealdade e boa-fé;
- b) não formular pretensão ciente de que destituída de fundamento;
- c) depor segundo a verdade;
- d) não produzir provas, nem praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa do direito;
- e) cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais de natureza antecipatória ou final.

65ª) Assinale a afirmativa falsa.

- a) Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz suspenderá o processo e marcará prazo razoável para ser sanado o defeito.
- b) As partes e seus advogados têm ampla liberdade quanto às manifestações nos autos, podendo empregar as expressões que entenderem oportunas, em razão da garantia do contraditório e da ampla defesa, não podendo o juiz cerceá-los em suas petições, requerimentos e sustentações.
- c) Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo nas hipóteses em que a lei assim autorize.
- d) Responde por perdas e danos aquele que pleitear de má-fé como autor, réu ou interveniente.
- e) Convencendo-se o juiz que as partes se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim proibido por lei, proferirá sentença que obste tais objetivos.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO:

66ª) No que tange ao custeio da Seguridade Social, pode-se dizer:

- a) que provém exclusivamente de contribuições da União advindas da arrecadação de tributos e sobre as receitas de concursos de prognósticos;
- b) que provém de dotações orçamentárias específicas e anuais da União, exclusivamente, após consolidada a arrecadação dos tributos de sua competência;
- c) que provém exclusivamente de dotações orçamentárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, advindas das arrecadações tributárias das respectivas competências;
- d) que é financiado diretamente pelos setores produtivos e de serviços da sociedade, incluídos os contribuintes individuais e as empresas, por meio de contribuições sociais específicas, e parte das apurações de loterias;
- e) que é financiado por toda a sociedade direta ou indiretamente, incluindo recursos provenientes de contribuições sociais dos trabalhadores e das empresas, sobre as receitas de concursos de prognósticos, e contribuição da União proveniente de dotação constante da lei orçamentária anual.

67ª) Nas sequências abaixo, todos são segurados obrigatórios da Previdência Social, ainda que na condição de contribuinte individual, EXCETO:

- a) os empregados urbanos, rurais e domésticos; os trabalhadores autônomos e avulsos; o empresário; o trabalhador temporário.
- b) os empregados urbanos, rurais e domésticos; os trabalhadores autônomos e avulsos; o empresário; o pescador artesanal.
- c) os empregados urbanos, rurais e domésticos; os trabalhadores autônomos e avulsos; o empresário; o estagiário que recebe bolsa da empresa onde trabalha.
- d) os empregados urbanos, rurais e domésticos; os trabalhadores autônomos e avulsos; o empresário; o garimpeiro que trabalha por conta própria.
- e) os empregados urbanos, rurais e domésticos; os trabalhadores autônomos e avulsos; o empresário; o síndico de condomínio que recebe pela administração exercida.

68ª) Quanto aos beneficiários da Previdência Social, são:

- a) os segurados obrigatórios e facultativos que contribuem para o sistema, sem interrupção superior a seis meses, bem como os respectivos dependentes, que devem ser necessariamente cônjuges ou companheiros e os filhos menores de 21 anos que não trabalhem ou não tenham renda própria;
- b) os segurados obrigatórios e facultativos que contribuem para o sistema, sem interrupção superior a seis meses, bem como os respectivos dependentes, estes desde que declarados como tais ao imposto de renda;
- c) os segurados obrigatórios e facultativos que contribuem para o sistema, sem interrupção superior a três meses, bem como os respectivos dependentes, estes desde que declarados como tais ao imposto de renda;
- d) os segurados que contribuem para o sistema há três meses e que não tenham perdido esta condição, bem como seus dependentes, estes contanto que dependam de recursos do segurado para sua sobrevivência;
- e) os segurados que não tenham perdido esta condição, bem como seus dependentes, estes contanto que dependam de recursos do segurado para sua sobrevivência.

69ª) Assinale a afirmativa verdadeira.

- a) Por ser o nascimento um evento protegido pela Seguridade Social, constitui fato gerador de um benefício assistencial eventual chamado de salário-maternidade.
- b) A morte é contingência que tem cobertura assistencial, daí ser causa do auxílio-funeral, que é um benefício eventual que se concede ao segurado ou seus dependentes em caso de falecimento de qualquer deles.
- c) O benefício assistencial de prestação continuada será concedido aos idosos ou aos deficientes que comprovarem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, independentemente de terem contribuído para a Seguridade Social, nem sendo estabelecido período de carência.
- d) Os benefícios designados de renda mensal vitalícia, auxílio-natalidade e auxílio-funeral, o primeiro de trato continuado e os dois últimos de natureza eventual, têm conotação assistencial e, sendo garantidos pela legislação vigente, devem ser concedidos a qualquer necessitado, já que independem de contribuição.
- e) O benefício assistencial conhecido pela designação de “amparo assistencial ao idoso e ao deficiente” consiste no pagamento de um salário-mínimo mensal a todas as pessoas portadoras de deficiência e idosos, estas com 67 anos de idade ou mais, só não podendo ser acumulado com outro benefício da Seguridade Social.

70ª) Quanto às contribuições de terceiros, pode-se dizer, EXCETO:

- a) que são contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, arrecadadas pelo INSS, mas destinadas a entidades privadas que estão fora do sistema da Seguridade Social;
- b) que são contribuições compulsórias dos empregadores sobre o lucro, arrecadadas pelo INSS, mas destinadas a entidades privadas que estão fora do sistema da Seguridade Social;
- c) que são cobradas dos empregadores pelo INSS, mas destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical;
- d) que é lícita a cobrança pelo INSS das referidas contribuições de terceiros, embora devidas pelos empregadores a entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical;
- e) que não podem ser consideradas tributos, justamente por não constituírem receita pública, haja vista que o numerário correspondente é repassado pelo INSS a entidades de natureza privada.

71ª) Nas opções abaixo, todos mantêm a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, EXCETO:

- a) o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social, até doze meses após a cessação das contribuições;
- b) o segurado acometido de doença de segregação compulsória, até doze meses após cessar a segregação;
- c) o segurado facultativo, até seis meses após a cessação das contribuições;
- d) o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar Serviço Militar, até seis meses após o licenciamento;
- e) o segurado detido ou recluso, até doze meses após o livramento.

72ª) Assinale a afirmativa falsa.

- a) O salário-maternidade pode ser concedido à segurada, quer seja trabalhadora urbana ou rural, trabalhadora avulsa ou empregada doméstica, após cumprida a carência de três contribuições mensais.
- b) O auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez decorrentes de acidente de qualquer natureza ou causa são benefícios previdenciários devidos aos segurados independentemente de carência.
- c) Consiste o seguro-desemprego em benefício previdenciário devido em razão da contingência do desemprego involuntário, nas condições e requisitos da lei, sendo beneficiários os trabalhadores urbanos e rurais, e ainda, os empregados domésticos que tenham tido acesso ao sistema do FGTS.
- d) O salário-família tem natureza jurídica de benefício previdenciário de trato continuado, devido mensal e sucessivamente ao segurado-empregado e trabalhador avulso, exceto para o empregado doméstico, que tiver filhos menores de 14 anos de idade ou inválido de qualquer idade, não existindo período de carência.
- e) A pensão por morte é benefício de trato continuado, devido mensal e sucessivamente ao conjunto de dependentes do segurado, aposentado ou não, enquanto perdurar a situação de dependência, sendo que independe de período de carência.

73ª) Considerando as afirmativas transcritas abaixo (de I a IV), assinale a alternativa correta, conforme sejam verdadeiras ou falsas.

- I- Ocorrendo acidente do trabalho, mas sem lesão, não haverá reparabilidade; e mesmo havendo lesão, se esta não for incapacitante para o trabalho, não haverá cobertura acidentária.
 - II- Na concausalidade, verificam-se fatos ou circunstâncias, que podem ser preexistentes, supervenientes ou simultâneos e, que se somam à causa, do que resulta o evento final, como a morte, a perda ou redução da capacidade para o trabalho, a lesão que exija a atenção médica para a recuperação do trabalhador.
 - III- Pela chamada causalidade indireta, são equiparados ao acidente do trabalho alguns casos previstos em lei, inclusive infortúnios ocorridos fora do local e horário de trabalho, independentemente de culpa ou dolo do trabalhador acidentado.
 - IV- Considera-se como dia do acidente, na ocorrência de doença profissional ou do trabalho, a data do diagnóstico, ou a do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, prevalecendo a que ocorrer por último.
- a) Todas as afirmativas são verdadeiras.
 - b) As afirmativas I e II são verdadeiras e as demais são falsas.
 - c) As afirmativas I e III são verdadeiras e as demais são falsas.
 - d) As afirmativas II e III são verdadeiras e as demais são falsas.
 - e) As afirmativas II e IV são verdadeiras e as demais são falsas.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

74ª) A Constituição brasileira vigente, quanto à organização sindical, consagrou os princípios e preceitos seguintes, EXCETO:

- a) do sindicato único;
- b) da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações coletivas;
- c) da filiação facultativa do empregado ao sindicato;
- d) da autonomia sindical;
- e) da pluralidade sindical, nos moldes da Convenção 87 da OIT.

75ª) Considerando as afirmativas abaixo (de I a IV), assinale a alternativa correta, conforme sejam verdadeiras ou falsas, de acordo com a legislação vigente e o entendimento jurisprudencial do TST).

I- O empregado integrante de categoria profissional diferenciada, cujo sindicato representativo não tenha celebrado convenção ou acordo coletivo que abranja ou vincule seu empregador, pode valer-se do reajuste salarial e demais vantagens econômicas insertos no instrumento normativo aplicável aos demais empregados da mesma empresa em que trabalha, inclusive para postulação em juízo, tendo em vista a regra do enquadramento sindical por similitude ou conexão.

II- Em face da liberdade sindical consagrada na Constituição de 05/10/88, não se encontra recepcionado, para qualquer fim, o dispositivo legal que limita a sete o número máximo de diretores dos sindicatos.

III- A exigência de registro sindical foi mantida pela norma constitucional como mitigação da liberdade de constituir sindicato, daí ser pertinente o procedimento próprio estabelecido para este fim em portaria do Ministério do Trabalho.

IV- A função regulamentar do sindicato é a que se concretiza na celebração de convenções e acordos coletivos de trabalho, e dentre as suas funções assistenciais merecem destaque as da assistência devida nas rescisões de contrato e da assistência judiciária, conforme determinadas por lei.

- a) As afirmativas I e II são verdadeiras e as demais falsas.
- b) As afirmativas III e IV são verdadeiras e as demais falsas.
- c) As afirmativas II e III são verdadeiras e as demais falsas.
- d) As afirmativas I e IV são verdadeiras e as demais falsas.
- e) As afirmativas II e IV são verdadeiras e as demais falsas.

76ª) Assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a greve nos serviços ou atividades essenciais.
- b) A lei admite, como regra, que durante a greve o empregador contrate trabalhadores substitutos.
- c) A lei limita em 30 dias o período de duração da greve, podendo ser prorrogado por igual período uma só vez, conforme a deliberação da assembléia sindical.
- d) A participação em greve interrompe o contrato de trabalho nos 15 primeiros dias, quando o empregador deve pagar os salários dos empregados grevistas, ocorrendo a suspensão do contrato a partir do décimo sexto dia, quando não mais serão devidos os salários.
- e) É vedada a rescisão do contrato de trabalho durante a greve.

77ª) Assinale a afirmativa verdadeira.

- a) As cláusulas normativas das convenções e acordos coletivos não têm eficácia ultracontraente, porquanto aplicáveis somente aos membros das categorias profissional e econômica que sejam filiados às entidades sindicais convenentes.
- b) A eficácia ultrativa de normas coletivas econômicas pode ser reconhecida em situações nas quais as condições ou vantagens delas originadas vêm a ser perenizadas por ajuste tácito nos contratos individuais de trabalho.
- c) As condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa integram de forma definitiva os contratos individuais de trabalho, como direito adquirido dos empregados, desde que mais benéficas a estes, tendo em vista que neste caso a fonte é heterônoma.
- d) Indiscutível a eficácia ultratemporal das normas coletivas econômicas, tendo em vista a sua aplicabilidade “erga omnes”, constituindo atos jurídicos perfeitos aqueles que as concretizam em cada relação individual de trabalho abrangida.
- e) As cláusulas obrigacionais das convenções e acordos coletivos são consideradas de eficácia contida porquanto dependentes, para seu cumprimento ou exigibilidade, do assentimento de cada integrante das categorias econômica e profissional abrangidas, vale dizer que havendo recusa não são individualmente oponíveis.

78ª) Assinale a afirmativa verdadeira.

- a) No conflito da norma coletiva com a norma jurídica estatal, aplica-se a que for mais favorável ao empregado de modo amplo e sistêmico, com relação ao instituto tratado, vale dizer que sem fracionamentos, caso solucionado pela teoria da acumulação.
- b) Se utilizada a teoria do conglobamento para aplicação de normas conflitantes, a opção deve ser a da imposição daquela que for mais favorável em cada ponto ao empregado, ou seja, fazendo-se a mesclagem das normas independentemente de sua fonte ou do instituto tratado, para que o hipossuficiente seja beneficiado globalmente.
- c) O princípio da nomogênese derivada pode ser entendido como sendo o que explica o poder normativo, através do qual o Judiciário Trabalhista soluciona o conflito coletivo de trabalho, mediante a decisão normativa.
- d) O basilar princípio protetor ou protecionista também se estende às relações coletivas de trabalho, como informador da autonomia privada coletiva, tendo em vista que não há a igualdade sócio-econômica das partes.
- e) A mais conhecida teoria que explica a natureza jurídica dos diplomas coletivos negociados é a do pacto social que, seguindo a doutrina contratualista, atribui a eles o caráter de negócio jurídico vinculativo dos entes coletivos firmatários, mas cujo conteúdo não pode prejudicar os representados.

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

79ª) Quanto à distinção entre empregado doméstico e o rural, tem-se:

- a) que ambos são sujeitos de relação de trabalho subordinado, não-eventual e assalariado, sendo que o primeiro presta serviços à entidade familiar em sua moradia, casa de campo ou sítio de recreio, enquanto que o segundo só pode trabalhar em imóvel rural ou prédio rústico;
- b) que ambos devem executar trabalho de natureza contínua, com pessoalidade e subordinação, mediante salário, sendo que o primeiro presta serviços à pessoa ou à família no âmbito residencial e sem fim lucrativo, enquanto que o segundo presta serviços ligados à atividade agroeconômica;
- c) que a relação de emprego do primeiro exige, para sua caracterização, o trabalho contínuo no âmbito residencial e sem fim lucrativo, enquanto que o segundo presta serviços não-eventuais em propriedade rural e na atividade agroeconômica;
- d) que a relação de emprego do primeiro pode se dar em trabalho contínuo ou intermitente, como no caso do diarista, desde que prestado à pessoa ou família no âmbito residencial e sem fim lucrativo, com pessoalidade e mediante salário, enquanto que o segundo só pode exercer trabalho de natureza continuada e com fim lucrativo, na lavoura ou na pecuária;
- e) que a relação de emprego em ambos os casos exige, para sua caracterização, o trabalho não-eventual e subordinado, mediante salário, sendo distintos os tomadores e o local da prestação de serviços, que no caso do primeiro é a pessoa ou a família no âmbito residencial e do segundo é o produtor rural em atividade agroeconômica.

80ª) Quanto à solidariedade, pode-se dizer, EXCETO:

- a) que se verifica entre empresas do mesmo grupo econômico;
- b) que só pode existir quando prevista em lei ou no contrato;
- c) que se verifica entre o empreiteiro principal e o subempreiteiro;
- d) que se verifica no trabalho temporário, entre a tomadora e a empresa prestadora de serviços, no caso de falência desta;
- e) que se verifica na terceirização fraudulenta.

81ª) A respeito da terceirização, marque a afirmativa verdadeira.

- a) É permitida no Brasil, sob qualquer de suas formas, indistintamente, já que a livre iniciativa é garantida pela Constituição.
- b) Não é admitida em caráter permanente, por falta de previsão legal autorizativa.
- c) Só pode ser reconhecida quanto ao trabalho temporário, na forma da Lei 6.019/74.
- d) A jurisprudência a admite na atividade-meio do tomador e desde que este não submeta um dado trabalhador terceirizado à sua subordinação direta.
- e) Não se verifica quando seja tomador dos serviços o ente público da administração direta, indireta ou fundacional da União, Estados, DF ou Municípios, porquanto estes só podem admitir servidores por concurso público e contratam mediante licitação.

82ª) Considerando as afirmativas abaixo (de I a IV), assinale a alternativa correta, conforme sejam verdadeiras ou falsas.

I- O contrato individual plúrimo é aquele em que a prestação de serviços desejada não pode ser atingida senão através da atividade de um grupo de pessoas em conjunto, representando um esforço comum de uma pluralidade de empregados, dando, porém, cada um deles, sua própria prestação pessoal, emergente de sua distinta relação individual de emprego.

II- O contrato de prova é modalidade de contrato a termo, mas não pode ser prorrogado, sob pena de ser convertido em contrato por prazo indeterminado.

III- Trabalho a tempo parcial é o que se pode celebrar com duração semanal reduzida e retribuição a ela proporcional, ficando a jornada (duração diária) a ser estabelecida a critério dos contratantes.

IV- Contrato de duração precária é o que surgiu como nova modalidade de contrato a prazo, de acordo com a onda flexibilizante do direito do trabalho, devendo ser regulado por normas de produção autônoma, independentemente das condições estabelecidas no § 2º do art. 443 da CLT.

- a) As afirmativas I e III são verdadeiras e as demais falsas.
- b) As afirmativas I, III e IV são verdadeiras e a restante falsa.
- c) As afirmativas II e III são verdadeiras e as demais falsas.
- d) As afirmativas II e IV são verdadeiras e as demais falsas.
- e) As afirmativas I, II e IV são verdadeiras e a restante falsa.

83ª) A lei autoriza a concessão desmembrada das férias, em dois períodos, um dos quais não inferior a dez dias, mas essa possibilidade não se aplica:

- a) aos menores de 18 anos e maiores de 50 anos de idade;
- b) aos menores de 18 anos e maiores de 60 anos de idade;
- c) aos menores de 18 anos e maiores de 70 anos de idade;
- d) aos menores e às mulheres;
- e) aos membros de uma mesma família.

84ª) A prescrição relativa ao direito de férias (ou pretensão correspondente):

- a) tem seu prazo contado somente a partir da extinção do contrato de trabalho;
- b) tem seu prazo contado a partir do término do período aquisitivo das férias;
- c) tem seu prazo contado a partir do término do período concessivo das férias;
- d) tem seu prazo contado a partir da data em que o empregado notificar o empregador a respeito do descumprimento alusivo à concessão das férias, constituindo-o em mora;
- e) é imprescritível o referido direito ou a pretensão correspondente.

85ª) De acordo com a legislação vigente e a jurisprudência predominante, o regime de compensação de jornada ou das horas de trabalho:

- a) terá validade apenas quando estabelecido no módulo semanal, com limite de 44 horas, desde que sujeito o empregado à duração normal do trabalho e que a dita compensação semanal esteja autorizada por acordo (individual ou coletivo) ou por convenção coletiva;
- b) só pode ser caracterizado na forma do chamado “banco de horas”, desde que autorizado por convenção ou acordo coletivo de trabalho, sendo então compensado o excesso de horas de um dia com a correspondente diminuição em outros dias, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas;
- c) não é admitido sob qualquer pretexto ou forma;
- d) é admitido nas duas formas descritas às letras “a” e “b” acima;
- e) é admitido somente nos módulos semanal e mensal e desde que autorizado por acordo coletivo ou por convenção coletiva.

86ª) A prestação pessoal de serviços em atividade ligada ao “jogo do bicho”, que se verifica de modo não-eventual e com subordinação, mediante remuneração, de acordo com a legislação vigente e a jurisprudência predominante :

- a) gera apenas direitos rescisórios para o empregado, ante a impossibilidade de se reverter as partes ao estado anterior, embora deva ser decretada a nulidade do contrato, para que não se admita o enriquecimento ilícito do empregador;
- b) gera todos e quaisquer direitos trabalhistas ao empregado, não havendo nulidade, porquanto a relação de emprego ficou caracterizada e, a despeito da ilicitude da atividade do “jogo do bicho”, sabe-se que é prática tolerada na sociedade;
- c) gera efeitos mitigados, sendo anulável o contrato, porquanto o vício é tolerável, já que mera contravenção penal, e ninguém pode se valer da própria torpeza;
- d) não gera direitos trabalhistas, a não ser o salário correspondente aos dias trabalhados, por ser nulo o contrato, em razão do objeto ilícito, já que no caso o trabalho está ligado à contravenção penal;
- e) o contrato de trabalho será apenas desfeito, se e quando o empregado for punido criminalmente, com decisão condenatória passada em julgado, do contrário ele prevalece e gera efeitos.

87ª) A infungibilidade da prestação de trabalho, que constitui a obrigação de fazer do empregado:

- a) somente é encontrada nos contratos especiais de trabalho, dada a natureza técnica da prestação de trabalho neles ajustada;
- b) somente é encontrada nos contratos de trabalho que envolvam cargo de confiança, dada a característica da fidúcia especial de que se revestem;
- c) somente é encontrada nos contratos de equipe ou nos de natureza personalíssima, como de artistas e atletas;
- d) não é encontrada no contrato de trabalho, por não ser característica dele;
- e) é encontrada nas várias espécies ou modalidades de contrato de trabalho.

88") No estudo da formação da relação de emprego e de sua natureza jurídica, uma das teorias sustenta que ela se aperfeiçoa com a inserção do trabalhador na atividade empresarial. Tal explicação é da corrente:

- a) dualista;
- b) monista;
- c) contratualista;
- d) anticontratualista;
- e) eclética.

89") Considerando a vigência de uma lei trabalhista nova de cunho tutelar que, no curso da relação de emprego, venha a estipular de forma diversa algumas condições de trabalho:

- a) terá aplicação imediata ao contrato existente, salvo estipulação diversa das partes;
- b) terá aplicação imediata, fazendo alterar as condições pactuadas que não atendam às suas disposições, ainda que contra a vontade das partes;
- c) não terá aplicação ou não afetará o contrato e condições ajustados antes de sua vigência;
- d) terá aplicação imediata e tornará nulas as cláusulas contratuais ou condições estipuladas em contrariedade ao que determina;
- e) terá aplicação imediata e tornará nulo o contrato que contenha disposições tácitas ou expressas em contrariedade ao que determina.

90") Considerando as afirmativas abaixo (de I a IV), assinale a alternativa correta, conforme sejam verdadeiras ou falsas, de acordo com a legislação vigente e a jurisprudência predominante.

I- A proteção decorrente das disposições legais atinentes à sucessão de empregadores tem fundamentos no princípio da continuidade da relação de emprego, cujo corolário é o direito ao emprego, como também, no princípio da despersonalização do empregador, que induz a perfeita distinção entre empresário e empresa, para que sejam os contratos individuais de trabalho vinculados com esta, e não com aquele.

II- O sucessor não precisa respeitar os contratos a prazo celebrados pelo antecessor, porquanto o empregado ajustou com este uma prestação de serviços a tempo certo, ficando assim vinculado a tal empregador no referido prazo, sendo descabida a incidência, na hipótese, do princípio da continuidade da relação de emprego.

III- Os empregados cujos contratos de trabalho estejam suspensos ou interrompidos por ocasião da sucessão não podem exigir o retorno aos seus cargos e funções, eis que ficam extintas para o sucessor as relações de emprego transitoriamente paralisadas por causas oponíveis ao antecessor, que deve arcar com as obrigações rescisórias correspondentes.

IV- As sentenças judiciais podem ser executadas, embora não o tenham sido na época do primeiro titular, respondendo o sucessor diretamente por seus efeitos, inclusive reintegrações de empregados estáveis.

- a) As afirmativas I e II são verdadeiras e as demais falsas.
- b) As afirmativas II e III são verdadeiras e as demais falsas.
- c) As afirmativas II e IV são verdadeiras e as demais falsas.
- d) As afirmativas I e IV são verdadeiras e as demais falsas.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

91ª) Quanto ao poder diretivo do empregador, pode-se dizer:

- a) que tem fundamentos legais e doutrinários, estes principalmente nas teorias da propriedade privada, contratualista e institucionalista, o que se reconhece inclusive na jurisprudência reiterada dos tribunais trabalhistas;
- b) que tem fundamento doutrinário apenas na teoria institucionalista, mas não encontra fundamento legal algum, sendo episódica a jurisprudência a respeito;
- c) que não tem fundamento legal ou doutrinário algum, sendo fruto apenas de construção jurisprudencial conservadora e flexibilizadora;
- d) que não tem fundamento legal, mas encontra amparo nas construções doutrinárias e jurisprudenciais conservadoras, que se baseiam principalmente na teoria da propriedade privada, descurando do princípio da igualdade jurídica das partes no contrato;
- e) que deixou de ter fundamento legal a partir do advento da Constituição de 05/10/88, sendo superadas as construções doutrinárias e jurisprudenciais a respeito, já que consagrados o princípio da isonomia, o reconhecimento das convenções e dos acordos coletivos de trabalho e a proteção contra a dispensa arbitrária do empregado.

92ª) Considerando as afirmativas abaixo (de I a IV), assinale a alternativa correta, conforme sejam verdadeiras ou falsas, de acordo com a legislação vigente e a jurisprudência predominante.

- I- Caracteriza discriminação contra a mulher a exigência de teste, exame, atestado ou declaração relativo a estado de gravidez.
 - II- A revista pessoal do empregado é vedada ao empregador, porquanto atenta contra o direito à privacidade e à intimidade do trabalhador.
 - III- Por ser obrigatória a anotação do contrato de trabalho na CTPS, a cargo do empregador, para que constitua a prova básica da relação e, gerando presunção "juris tantum", como corolário admite-se que seja por ele anotado o motivo da dispensa, quando da denúncia do contrato por sua iniciativa.
 - IV- Continua incólume o contrato de trabalho do empregado que é eleito para o cargo de diretor da sociedade anônima, ocorrendo aí meramente a promoção (alteração qualitativa), podendo o mesmo ser revertido a qualquer momento ao seu cargo efetivo, nos termos do art. 468, parágrafo único, da CLT.
- a) As afirmativas I e IV são verdadeiras e as demais falsas.
 - b) As afirmativas II e IV são verdadeiras e as demais falsas.
 - c) Somente a afirmativa I é verdadeira.
 - d) Somente a afirmativa IV é verdadeira.
 - e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

93ª) O poder normativo da Justiça do Trabalho:

- a) tem como fonte originária a Consolidação das Leis do Trabalho;
- b) condiciona-se à prévia negociação coletiva, para ser exercido;
- c) é exercido somente no Tribunal Superior do Trabalho, como instância única;
- d) é exercido necessariamente em duplo grau de jurisdição;
- e) é exercido nas Varas do Trabalho, por meio do mandado de injunção e ações de cumprimento ou anulatórias de convenções e acordos coletivos; e nos Tribunais Regionais do Trabalho, pelos dissídios coletivos que são de sua competência originária, sendo o TST então a instância recursal; ou ainda no TST como instância originária, quando o dissídio ultrapasse a jurisdição territorial de um TRT.

94ª) Com relação às custas processuais, tendo em vista a legislação vigente, assinale a afirmativa falsa.

- a) Nos dissídios coletivos as partes vencidas respondem solidariamente pelo pagamento das custas, calculadas à base de 2% sobre o valor arbitrado na decisão.
- b) No processo de execução são devidas custas, sempre de responsabilidade do executado e pagas ao final.
- c) No processo de conhecimento dos dissídios individuais, inclusive do inquérito para apuração de falta grave, as custas serão pagas pelo vencido após o trânsito em julgado da decisão e, no caso de recurso serão pagas e comprovadas dentro do prazo recursal.
- d) Sempre que houver acordo as custas incidirão sobre o respectivo valor e serão suportadas em partes iguais pelos litigantes.
- e) As custas serão calculadas sobre o valor da causa quando houver a extinção do processo sem julgamento do mérito, ou quando julgado totalmente improcedente o pedido, ou ainda, no caso de procedência do pedido formulado em ação declaratória e em ação constitutiva.

95ª) No processo do trabalho, a respeito da nulidade dos atos processuais, pode-se dizer:

- a) que deve ser declarada de ofício, haja vista que tem natureza absoluta;
- b) que deve ser pronunciada a qualquer tempo e grau de jurisdição, desde que a parte prejudicada tenha lançado, à época da falta, o necessário e imediato protesto;
- c) que não prejudica necessariamente os atos posteriores do processo, quando reconhecida e pronunciada;
- d) que será pronunciada quando praticado o ato de forma diversa daquela prevista em lei, independentemente do resultado;
- e) que será pronunciada independentemente de quem e quando a arguiu, desde que causado prejuízo a qualquer das partes.

96ª) Assinale a afirmativa verdadeira, de acordo com as regras específicas do processo do trabalho.

- a) Nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, as exceções serão alegadas como matéria de defesa, sendo inadmissível a suspensão do feito.
- b) Não pode arguir a exceção de suspeição a parte que procurou de propósito o motivo para lhe dar origem.
- c) Da decisão da exceção de incompetência, cabe recurso imediato, tendo em vista que é processada com a suspensão do processo principal.
- d) A exceção de suspeição pode ser arguida a qualquer momento pela parte que se sentir prejudicada em face da atuação do juiz suspeito.
- e) Além das exceções de incompetência e de suspeição, são previstas as de coisa julgada e litispendência e a da preempção, esta quando o empregado houver dado causa a dois arquivamentos consecutivos de reclamações trabalhistas.

97ª) Quanto ao conflito de jurisdição no processo do trabalho, pode-se dizer, EXCETO:

- a) que não se configura quando dois juízes de Varas do Trabalho se consideram competentes, porque prevalece na hipótese a regra do juízo prevento;
- b) que se configura quando ambas as autoridades jurisdicionais se considerarem incompetentes;
- c) que pode ser suscitado pelo procurador-geral e pelos procuradores regionais do Ministério Público do Trabalho;
- d) que é vedado à parte interessada suscitar conflito de jurisdição quando já houver oposto na causa exceção de incompetência;
- e) que no ato de suscitar conflito deve a parte produzir a prova da existência dele.

98ª) A respeito da substituição processual de empregados pelo sindicato representativo da respectiva categoria profissional, pode-se dizer, de acordo com a legislação vigente e a jurisprudência predominante, EXCETO:

- a) que nos dissídios individuais com pleito de adicional de insalubridade ou de periculosidade, o sindicato profissional pode atuar como substituto processual de empregados que a ele sejam associados;
- b) que em qualquer ação proposta pelo sindicato como substituto processual, todos os substituídos serão individualizados na petição inicial;
- c) que na liquidação da sentença exequenda, promovida pelo substituto, basta que este aponte o crédito inteiro devido aos substituídos, já que após o recebimento lhe incumbirá o rateio e repasse devidos;
- d) que nas ações de cumprimento, pode o sindicato agir como substituto processual dos empregados que a ele sejam associados, independentemente da outorga individual de poderes específicos;
- e) que é lícito aos substituídos integrar a lide como assistentes litisconsorciais e, nessa condição, podem acordar, transigir e renunciar, ainda que sem autorização ou anuência do substituto.

99ª) Considerando as afirmativas abaixo (de I a IV), assinale a alternativa correta, conforme sejam verdadeiras ou falsas.

I- Por integrar o Ministério Público da União, também o Procurador do Trabalho é destinatário das garantias constitucionais da vitaliciedade, da inamovibilidade e da irredutibilidade de subsídio, bem assim das vedações as de receber honorários ou custas, de exercer a advocacia, de exercer atividade político-partidária, dentre outras.

II- Por ser o Ministério Público, de acordo com a ordem constitucional de 05/10/88, uma instituição permanente e regida pelos princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, é de se ter como revogado o dispositivo da CLT que estabelece ser o Ministério Público do Trabalho “constituído por agentes diretos do Poder Executivo”.

III- Dentre outras atribuições exercidas junto aos órgãos da Justiça do Trabalho, compete ao Ministério Público do Trabalho promover ação civil pública para defesa de interesses coletivos, propor ação para declaração de nulidade de cláusulas de contratos e de convenções e acordos coletivos, pedir revisão dos enunciados jurisprudenciais da súmula do TST.

IV- O Ministério Público do Trabalho tem competências específicas que lhe são atribuídas legalmente para atuação tanto judicial como extrajudicialmente, incluindo nesta a possibilidade de instaurar inquérito civil para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores.

- a) A afirmativa I é falsa e as demais são verdadeiras.
- b) A afirmativa II é falsa e as demais são verdadeiras.
- c) A afirmativa III é falsa e as demais são verdadeiras.
- d) Todas as afirmativas são falsas.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

100ª) Assinale a afirmativa falsa.

a) Para execução do acordo firmado perante a Comissão de Conciliação Prévia e não cumprido, a competência é do juízo da Vara do Trabalho que conhecerá do processo de conhecimento relativo à matéria.

b) Os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do trabalho constituem título executivo extrajudicial e são passíveis de execução na Justiça do Trabalho.

c) Serão executadas “ex officio”, pelos juízos das Varas do Trabalho, as contribuições previdenciárias devidas em decorrência das decisões, de qualquer grau, da Justiça do Trabalho, que resultem na apuração de créditos trabalhistas de natureza remuneratória, seja em razão de condenação ou da homologação de acordo.

d) O acordo firmado perante a Comissão de Conciliação Prévia, quando não cumprido, será objeto de ação de cumprimento da iniciativa do empregador credor, da competência do juízo da Vara do Trabalho, que poderá anular a avença caso verifique indícios de fraude.

e) Para que se viabilize a futura execução das contribuições previdenciárias incidentes, passou a ser requisito legal das decisões da Justiça do Trabalho, quer das cognitivas ou das homologatórias de acordo, a indicação da natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do pagamento acordado.